



“NOVO BOLSA FAMÍLIA” É INSUFICIENTE E CRUEL COM OS MAIS POBRES

A Rede Brasileira de Renda Básica vem a público se posicionar sobre a medida provisória do novo Bolsa Família, entregue pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional, denominado Auxílio Brasil

Há mais de um ano é de conhecimento da sociedade, do governo federal e do Congresso Nacional a necessidade de se definir o caminho mais adequado para a garantia de renda ao final do Auxílio Emergencial. Embora o programa Bolsa Família tenha grande importância, a necessidade de acabar com as filas por falta de orçamento e de criar uma regra de atualização periódica de valores já era clara. Ao instituir o novo programa por meio de medida provisória, o governo despreza a sociedade civil, especialistas e o próprio Congresso Nacional. Este problema piora ainda mais tendo em conta que o texto da MP dá ao Poder Executivo a responsabilidade exclusiva para editar regulamentos relativos a valores de benefícios, prazos e regras de permanência. Trata-se de um cheque em branco para que Bolsonaro defina até a linha de pobreza utilizada como referência de elegibilidade sem qualquer base técnica ou referência social.

Se o Congresso Nacional converter a MP em lei passaremos por um retrocesso em políticas sociais. A medida vai na contramão da evolução dos programas de transferência de renda ao redor do mundo, cada vez mais orientados pela perspectiva da renda básica. Na prática, distancia a garantia de renda do restante da rede de proteção social, impõe dificuldades de acesso a benefícios e serviços que deveriam ser um direito de toda a população.

A política de auxílios provisórios implementados durante a pandemia de Covid-19 não pode se tornar permanente. O novo programa deve se orientar pelas necessidades do futuro por benefícios mais abrangentes, capazes ao mesmo tempo de extinguir a pobreza e proteger contra as dificuldades do mercado de trabalho antes que ocorram. O chamado Auxílio Brasil não atinge esses objetivos. A MP é cruel por criar categorias de benefícios que dependem de desempenho científico e esportivo que crianças e adolescentes não podem vislumbrar na rede escolar atual, além de impor às famílias, majoritariamente chefiadas por mulheres, a responsabilidade de aumentar sua renda para receber o auxílio destinado à contratação de creches particulares, vinculando o direito de crianças às condições profissionais encontradas por seus pais.

O governo Bolsonaro não aproveita o aprendizado do Auxílio Emergencial em relação às necessidades do povo brasileiro e das condições do poder público para



implementar políticas públicas. Da forma como está, o Auxílio Brasil não pode ser considerado uma resposta à realidade social e econômica do país.

A Medida Provisória sobre o Auxílio Brasil do Presidente Bolsonaro vai complicar a vida dos brasileiros com 42 artigos de regras. Muito melhor será a Renda Básica Incondicional e Universal.

Entenda por que o Auxílio Brasil é pior do que o Bolsa Família:

1. Valores do novo programa não estão definidos

O governo só anuncia o aumento de 50% dos valores médios do Bolsa Família, sem demonstrar como isso se efetiva na prática. Aos moldes do Auxílio Emergencial, mesmo anunciando um benefício médio de R\$250,00, da maior parte dos beneficiários de 2021, 45%, recebem somente R\$150,00.

2. Número de novas famílias serão beneficiárias indefinido

Ao somarmos as famílias beneficiárias do Bolsa Família e a fila de espera, o patamar é de aproximadamente 16,8 milhões de famílias. São 2.164.557 milhões de famílias aguardando o benefício desde antes da pandemia. Com os indicadores atuais e a estagnação do Cadastro Único, muitas famílias que perderam emprego ou mudaram suas configurações familiares na pandemia estão fora do programa.

3. Empurra beneficiários para crédito consignado

O Auxílio Brasil pode gerar endividamento dos mais pobres. O governo quer permitir que até 30% do valor do benefício possa ser descontado na fonte para abater empréstimos consignados.

4. Condiciona novos auxílios ao sucesso em jogos esportivos e olimpíadas escolares sem oferecer condições para isso

5. Ainda mais incompreensível por parte dos beneficiários;

Cria nove modalidades distintas de benefícios de difícil compreensão e transparência.

6. Não considera todos os apontamentos e falhas de implementação do Auxílio Emergencial

7. Não cria a transição dos dados do Auxílio Emergencial para o Cadastro Único



A necessidade de integrar as informações e concentrar a base de dados de cruzamentos do programa não está prevista, como já apontado desde o início do Auxílio Emergencial.

8. Não dialoga com realidade econômica e novas respostas exigidas pela população brasileira

A taxa de desocupação engloba a taxa de desemprego, a desocupação de autônomos e trabalhadores por conta própria. Além do desemprego, há sinais de aumento da precarização com crescimento no número de trabalhadores por conta própria, passando de 21,1 milhões para 24,2 milhões, 80% dos quais sem CLT, proteção trabalhista ou contribuição previdenciária no segundo trimestre de 2020 (DIEESE)

Rede Brasileira de Renda Básica - RBRB